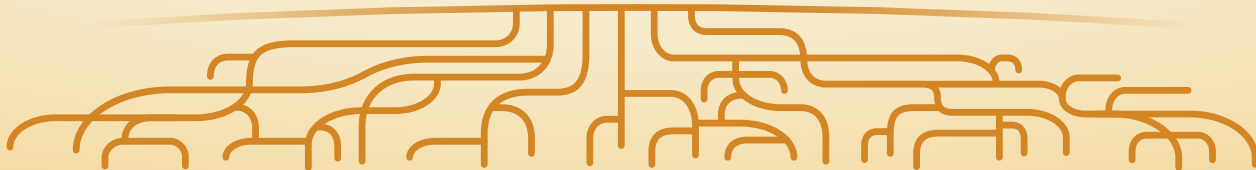


#CohesionAlliance

PARA UMA POLÍTICA DE COESÃO EUROPEIA FORTE



Apelo conjunto da Aliança pela Coesão

Uma política de coesão renovada pós-2027 que não deixe ninguém para trás

Nós, os representantes eleitos das regiões e dos municípios de toda a Europa, solicitamos às instituições europeias e aos governos nacionais uma agenda europeia abrangente assente na coesão social, económica e territorial.

Partilhamos objetivos comuns: assegurar a prosperidade e o bem-estar sustentáveis para todos numa sociedade cada vez mais digitalizada; alcançar a neutralidade climática e preservar a biodiversidade; e enfrentar as consequências das alterações demográficas. Esta agenda transformadora requer liderança política e uma visão integrada a todos os níveis e entre todos os níveis. O Pacto Ecológico e a agenda digital devem continuar a ser os princípios orientadores da UE. No entanto, há que ter mais devidamente em conta as circunstâncias locais na sua conceção e aplicação, uma vez que os órgãos de poder local e regional estão na vanguarda desta batalha diária e são responsáveis por quase metade do investimento público nos Estados-Membros. O seu papel é essencial para o êxito das transições ecológica e digital.

A política de coesão é o elemento que mantém a Europa unida e tem a capacidade de mobilizar e associar todos os cidadãos com vista a uma melhor qualidade de vida, sem deixar ninguém para trás, onde quer que vivam ou tenham nascido. Estamos convictos do seu valor acrescentado indispensável, sem esquecer o seu potencial para atenuar os riscos de uma maior clivagem territorial e social entre os Estados-Membros da UE e no interior destes.

Por conseguinte, solicitamos que a política de coesão continue a ser um pilar fundamental do modelo de desenvolvimento da UE e a principal política de investimento descentralizada e de longo prazo no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual da UE pós-2027. Ao mesmo tempo, a política de coesão deve continuar a ser suficientemente flexível para se adaptar a acontecimentos imprevistos.

Para enfrentar da melhor maneira os desafios atuais e futuros, preconizamos uma política de coesão renovada para o período pós-2027 assente nos seguintes princípios:

- 1) Uma política à disposição de todas as regiões, cidades e municípios. Todos os «territórios» contam, quer se encontrem em países mais ricos ou mais pobres.** Esta continua a ser uma condição indispensável para assegurar o bom funcionamento do mercado único para todos os europeus. É essencial que a UE permaneça unida, reforçando simultaneamente a sua liderança mundial e a sua competitividade. A política de coesão deve ser a principal política da UE que coloca a prestação de serviços públicos locais e regionais e eficientes em termos de recursos no seu cerne e apoia o investimento público local em benefício de todos.
- 2) Uma política que contribui para integrar a coesão social, económica e territorial na nova política industrial do Pacto Ecológico e na autonomia estratégica da UE.** Mais do que nunca, a UE precisa de combater a estagnação do desenvolvimento que afeta muitas regiões em todas as partes da Europa. A política de coesão renovada deve ser concebida como um instrumento vigoroso que visa desencadear o potencial económico de cada zona da UE e promover a inovação de base local no sentido mais lato do termo.

- 3) **Uma política orientada pelo objetivo global de uma «transição justa»: a trajetória rumo à neutralidade climática afetará todos os domínios, independentemente das suas características.** Pode conduzir a novas disparidades e a consequências sociais desiguais se não for devidamente gerida. Cada domínio tem os seus pontos fortes, graus de potencial e capacidades administrativas para fazer face a esta transformação. Alguns são mais vulneráveis do que outros. Haverá que prestar especial atenção às regiões que dependem fortemente das indústrias com utilização intensiva de energia, sem descurar, porém, que todas as indústrias têm uma pegada ambiental. Queremos uma política de coesão renovada pós-2027 que apoie soluções adaptadas, assentes nos princípios da «transição justa» e acessíveis às regiões de toda a Europa.
- 4) **Uma política que assente em soluções de base local: a diversidade de territórios na UE é um trunfo.** Das zonas escassamente povoadas às zonas com desvantagens graves, permanentes ou naturais, das cidades e áreas metropolitanas às zonas rurais, das regiões periféricas, insulares, costeiras, transfronteiriças, montanhosas e ultraperiféricas às regiões situadas no centro, todas se veem confrontadas com os desafios da dupla transição - ecológica e digital - e das alterações demográficas. Não há uma solução única que seja aplicável a todos os casos. Uma política de coesão adequada deve ser suficientemente flexível para permitir ao nível local desenvolver estratégias adaptadas à sua zona específica e satisfazer ao mesmo tempo os objetivos políticos globais da UE dentro de um quadro estável e previsível. Os instrumentos territoriais, como o desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) e o investimento territorial integrado (ITI), são ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento dessas estratégias inclusivas e de base local.
- 5) **Uma política assente nos seus princípios de base: gestão partilhada, parceria reforçada com todos os setores da sociedade, governação a vários níveis e assente num diálogo genuíno entre as autoridades ao nível local, regional, nacional e da UE.** Reclamamos medidas para ultrapassar a atual fragmentação dos fundos no âmbito da política de coesão e um quadro comum mais sólido, baseado em sinergias e na complementaridade entre os fundos em regime de gestão partilhada.
- 6) **Uma política assente numa nova cultura de confiança entre os diferentes níveis de governo na UE.** Esta abordagem renovada contribuiria para uma imagem mais positiva da UE. A Comissão Europeia deveria lançar uma ampla consulta e uma avaliação das medidas de simplificação adotadas desde a década de 1990, incluindo uma comparação com outros programas da UE. A política de coesão deve ser avaliada em função do seu impacto real na vida dos europeus, e não do ritmo a que os fundos são desembolsados.
- 7) **Uma política que reforce a cooperação territorial e apoie a inovação territorial e a democracia.** A política de coesão demonstrou o seu valor inestimável no apoio à cooperação transfronteiriça, inter-regional e transnacional e às estratégias macrorregionais para obter melhorias concretas no quotidiano dos cidadãos. As parcerias de inovação regional e as estratégias de especialização inteligente proporcionam oportunidades para promover a transformação socioeconómica e inclusiva a nível local.
- 8) **«Não prejudicar a coesão»: todas as políticas da UE devem contribuir para reforçar a coesão económica, social e territorial.** As instituições europeias devem assegurar que todos os programas e políticas, da conceção à execução, sejam coerentes e tenham em conta eventuais diferenças no impacto territorial, reduzindo simultaneamente os encargos administrativos.

Convidamos o público em geral, os sindicatos, as empresas e as organizações não governamentais e da sociedade civil a juntarem-se aos nossos esforços para garantir uma Europa justa que não deixe ninguém para trás.

Subscreva este apelo!

